

A REGIÃO E O ESTADO SEGUNDO FRIEDRICH RATZEL E PAUL VIDAL DE LA BLACHE *

GUY MERCIER

Universidade Laval
Québec, Canadá

Quando se comparava a obra de Paul Vidal de la Blache (1845-1918) com a de Friedrich Ratzel (1844-1904), tinha-se o costume de opor o “possibilismo” do primeiro ao “determinismo” do segundo. Tal oposição provém, em larga medida, do comentário partidário de Lucien Febvre (1922) que, para melhor condenar os presumidos erros de Ratzel, caricaturou seu pensamento confinando-o a algumas sentenças lapidares revestidas sob o pejorativo título de “determinismo”. Inversamente, para garantir o triunfo de Vidal sobre Ratzel, atribui ao francês a paternidade de uma doutrina — o “possibilismo” — cuja principal qualidade era, justamente, invalidar o falacioso determinismo. Porém, de tanto querer pôr os dois geógrafos um contra o outro, Febvre não fez justiça nem a um e nem a outro. Certamente, ele favoreceu a difusão da geografia vidaliana, reduzindo-a a algumas proposições persuasivas e batizando-a com um nome evocador. Entretanto, o possibilismo conferido a Vidal teve, frequentemente, a desvantagem de substituir a verdadeira obra — como se a eficácia de uma fórmula pudesse dar conta de modo adequado a um pensamento complexo e nuançado, elaborado meticolosa e pacientemente ao longo de numerosos livros e artigos.

* Esse artigo provém de uma pesquisa feita na Universidade Laval no quadro de um projeto intitulado “A teoria da relação Natureza-Cultura em Friedrich Ratzel”, financiada pelo Conselho de Pesquisas em Ciências Humanas do Canadá. Uma primeira versão desse texto foi objeto de uma comunicação no congresso da União Geográfica Internacional (UGI) em agosto de 1992 em Washington. O autor agradece a Serge Gagnon por sua ajuda documental.

N.T.: Publicado originalmente nos *Annales de Géographie*, n. 583, 1995. Agradecemos a gentileza do prof. Mercier em autorizar de imediato a tradução entre nós, bem como ao geógrafo Zilmar Luiz dos Reis Agostinho o auxílio nas passagens em inglês. Tradução: Guilherme Ribeiro; Revisão Técnica: Rogério Haesbaert.

Paradoxalmente, Febvre terá contribuído para o renome de Vidal, associando-o a uma doutrina que, por assim dizer, ele jamais enunciou como tal e que nem mesmo pronunciou o nome¹. Mais grave ainda, a operação teve como efeito desviar a maior parte dos geógrafos franceses, ingleses e de outros lugares da obra de Ratzel. Uma vez confortavelmente convencido dos erros do professor de Leipzig, não se vê mais sentido em consultar seus escritos. É suficiente saber que o possibilismo vidaliano, conforme a reputação, estava certo diante do determinismo ratzeliano, e a questão se encerrava aí — mesmo se, para isso, fosse necessário esquecer algumas incômodas verdades como, por exemplo, o fato do próprio Vidal reconhecer uma dívida para com seu colega alemão que não podia ser negligenciada². Felizmente, tanto no mundo francófono quanto anglófono, hoje a obra de Ratzel é bem mais conhecida³, sendo possível estabelecer uma comparação mais judiciosa entre suas ideias e as de seu colega francês.

De nossa parte, queremos apontar a forte convergência entre as teorias geográficas desses dois célebres e influentes geógrafos. Nossa intenção é explicar como Vidal de la Blache e Ratzel, a despeito do que possa diferenciá-los, ainda assim compartilham uma visão comum de geografia⁴. Mais particularmente, queremos mostrar que os dois aderem à mesma concepção geral da relação Homem-Natureza e que dela deduzem conceitos de região e de Estado muito similares no plano teórico.

¹ . Sobre a exaltação pós-vidaliana do termo “possibilismo”, ver Sanguin (1993:18-19 e 335) e Berdoulay (1981a:41 e 214).

² . Cf. Vidal de la Blache (1898, 1900, 1903:223-224, 1904b, 1911-1912:290, 1921:5). Ver também Broc (1977), Sanguin (1985, 1988, 1993:136) e Claval (1976:23). Berdoulay sublinha que Vidal foi não apenas influenciado por Ratzel, mas que também ficou muito impressionado pela superioridade da ciência alemã em geral — a ponto, mesmo, de alguns acusarem Vidal de praticar uma geografia de empréstimo. Sobre esse último ponto, ver também Bonnefont (1993:81).

³ . Graças notadamente aos trabalhos de Smith (1980), Hunter (1983), Bassin (1984, 1987a, 1987b), Korinman (1983, 1987, 1990), Stehlin (1988), Sanguin (1990) e Mercier (1990, 1992). Igualmente, a tradução francesa de *Politische Geographie* (1987, 1988a) e a tradução inglesa de *Städte und Kulturbilder aus Nordamerika* (1988b) contribuíram para corrigir inúmeros erros de interpretação hipotecados à obra de Ratzel.

⁴ . A esse respeito, esperamos prolongar a reflexão de Anne Buttimer (1971:46), que já identificara o parentesco das ideias dos dois geógrafos — notadamente em relação às concepções de *progresso* e *circulação*. Do mesmo modo, ela enfatizou como o “lado sistemático” do pensamento de Vidal confluía com o de Ratzel (1971:58).

Essa *démarche*, estamos conscientes, pode contrariar as regras de uma epistemologia que preferiria que fosse estabelecido prioritariamente em que e porquê o pensamento de Vidal de la Blache se distingue do de Ratzel⁵. De fato, hoje é frequente conceber a história de uma disciplina como uma sucessão de rupturas mais ou menos marcadas. É mister admitir que esse ponto de vista, acentuando o que distingue um autor ou uma corrente de pensamento, confere à análise um poderoso e útil meio de categorização. Todavia, o exercício corre o risco de aberração se, como sublinha Claval, a pesquisa sobre a distinção não vem associada a uma análise igualmente necessária da continuidade, podendo unir eventos da história do pensamento científico que, sob um determinado ângulo, aparecem distintos⁶. Bem recentemente, Montigny também se pôs em guarda contra os abusos de uma leitura exclusivamente disjuntiva da história das ideias. A esse propósito, ele escreve:

Tal como tem sido frequentemente praticada hoje, a história das Ciências Sociais consiste seguidamente na lembrança dos velhos debates teóricos e na evocação das grandes querelas doutrinárias do passado. Sem negar o interesse desses trabalhos, parece-nos necessário ultrapassar essa maneira de escrever a história. Há outro modo de contribuir eficazmente para a história dessas disciplinas, que consiste em saber como e em quais condições elas puderam responder a certas questões comuns (Montigny, 1992:35-36).

Sim, pois o que importa é não negligenciar o que, para além de suas respectivas especificidades, congrega os pensamentos. Pois não é proibido supor que algumas dentre elas possam formular uma resposta comum a uma única questão (cf. Godlewska, 1993:15-17).

Assim justificada, a pesquisa da continuidade entre o pensamento de Vidal de la Blache e o de Ratzel deve, contudo, evitar a cilada da ilusão unanimista. Livingstone tem razão ao criticar uma historiografia subjugada pela imagem de uma geografia unitária e eterna. Sob a égide de uma tal imagem, o comentarista é tentado a reconstituir, a partir de uma seleção

⁵ . Inspirada tanto em Bachelard (1986) quanto em Kuhn (1970), Claval (1981:229) explica como a epistemologia contemporânea concede mais importância às discontinuidades que pontuam a história das ciências do que à continuidade de sua progressão. Ver também Stoddart (1981), Buttimer (1981) e Granö (1981).

⁶ . Claval (1981:229): “Além das discontinuidades, não devemos nos perguntar sobre permanências mais profundas ou sobre direções que — a despeito de todas as mudanças — mantém o mesmo rumo sobre questões semelhantes?”

apropriada de fatos históricos, a verossimilhança de uma unidade mais imaginária que real⁷. Para se desfazer de uma história da Geografia enviesada por construções *a posteriori*, é preciso aceitar compreender que todo pensamento científico adquire uma identidade própria porque ele é o produto específico de uma época, ambiente social e ator particulares. Resultado de uma história que não é senão a sua, cada pensamento geográfico, único por definição, permanece irreduzível a todos os outros. De onde a pertinência de uma história da Geografia capaz de estudar em que as ideias são tributárias do contexto que as originou⁸.

Se, inegavelmente, o contexto condiciona a obra, ele não explica todo seu significado. Enquanto entidade discursiva autônoma, a obra possui características próprias que lhe dão coesão e especificidade. Tais características, ainda que possam refletir o contexto, advêm diretamente da própria estrutura da obra. Essa estrutura é, por sua vez, estilística e lógica. Recentemente, a vertente estilística — com que pouco nos preocupamos até aqui — foi objeto de uma proposição metodológica muito interessante por parte de Berdoulay (1988a, 1988b, 1993). Por mais importante que seja o estilo de uma obra, ela não escapa (sobretudo se pretende ser explicativa, como no caso da Geografia) às obrigações da coesão lógica interna. Assim, cada obra geográfica, independente do estilo ou contexto que a engendrou, elabora um argumento. Partindo de uma problemática, ela sempre apela — explicitamente ou não — a um quadro teórico e metodológico, a fim de estabelecer relações lógicas entre os conceitos que foram considerados significativos à questão estudada.

Nesse artigo, nos dedicamos a analisar a dimensão lógica dos textos de Vidal e Ratzel. Não pretendemos que uma tal *démarche* seja mais importante ou superior àquela que se preocuparia antes com o estilo ou o contexto⁹. Dizemos simplesmente que ela é complementar e que

⁷ . Livingstone (1992a:5): “Em sua paixão por obter coerência conceitual e continuidade narrativa, historiadores da Geografia têm usado, com frequência, suas próprias definições sobre o que constitui a geografia como uma lente através da qual possam examinar e interpretar o passado”.

⁸ . O ato de batismo do aporte contextual na história da geografia foi consignado por Berdoulay (1981b). A favor dessa abordagem, vide também as recentes justificativas de Livingstone (1992a, 1992b).

⁹ . Segundo Hussy (1993), é imperativo estudar o conteúdo propriamente conceitual do pensamento de Ratzel, a fim de vencer os últimos pré-julgamentos que ainda minam sua interpretação.

permanece indispensável, se desejamos que a epistemologia da Geografia seja respeitosa ao texto e ao contexto da obra ao mesmo tempo¹⁰.

Para satisfazer às exigências da análise da estrutura lógica, o presente estudo adota uma *démarche* particularmente atenta ao conteúdo dos textos vidaliano e ratzeliano¹¹. De um lado, o objetivo é o de evidenciar a definição de seus conceitos; do outro, precisar como eles foram em seguida relacionados no interior de um encadeamento lógico, de uma teoria. Como veremos, esse exercício permitirá demonstrar que, mesmo provenientes de contextos psicológicos, filosóficos, sociais, culturais e políticos distintos, Vidal de la Blache e Ratzel situaram a problemática da relação Homem-Natureza na dianteira de suas reflexões teóricas, bem como a interpretaram a partir de um postulado utilitarista e evolucionista.

Um postulado comum

Vidal de la Blache é reconhecido por ter inaugurado uma longa tradição geográfica fundada sob uma concepção da relação Homem-Natureza que Lucien Febvre qualificou, em 1922, de “possibilista”. Segundo esse historiador, o possibilismo vidaliano se distinguiria do pretenso determinismo ratzeliano, que limitaria as relações entre o Homem e a Natureza a “uma ação mecânica dos fatores naturais sobre uma humanidade puramente receptiva” (Febvre, 1922:283). Ao contrário, constatando a influência relativa das condições naturais, o possibilismo

¹⁰ . Cf. Berdoulay (1993) e Livingstone (1992a).

¹¹ . No que tange a Vidal de la Blache, nossa análise concentrou-se em seus textos da maturidade. Segundo Sanguin, que estudou detalhadamente a questão, tal maturidade afirmou-se em meio ao último decênio do século XIX. De início, em 1894, Vidal expõe no prefácio do *Atlas général* “o que será toda sua *démarche* geográfica até 1918” (Sanguin, 1993:129), ano de sua morte. Na esteira disso, em 1896 ele publica nos *Annales* “seu verdadeiro primeiro artigo: aquele, fundamental, consagrado ao princípio da Geografia Geral. É lá onde aparece, pela primeira vez, a doutrina vidaliana” (Sanguin, 1993:130). Se a partir desse momento sua doutrina conserva certa estabilidade, nem por isso ela permanece congelada. Sanguin (1993:327-328) observa que, durante seu período de maturidade, Vidal continuou a enriquecer sua definição de região e de nação. Essa evolução, porém, não marca rupturas, mas assume a forma de “variações sobre o mesmo tema”. Quanto a Ratzel, os textos retidos também pertencem à sua maturidade intelectual quando, nos quinze últimos anos de vida, desenvolveu plenamente sua teoria geográfica e evolucionista das sociedades humanas e dos Estados. Cf. Vidal de la Blache (1903:230), Raffestin (1980:7-12) e Claval (1984:33).

teria a vantagem — sempre segundo Febvre — “de mostrar como e em qual medida o homem é um agente geográfico que trabalha e modifica a superfície terrestre” (Febvre, 1922:283).

No atual estágio do conhecimento, é impossível sustentar tal leitura — que, absolutamente, não faz justiça ao pensamento de Ratzel. Na realidade, como apontaram alguns¹², o geógrafo alemão não cede em nada ao determinismo natural brutal que, no rastro de Febvre, muitos lhe atribuíram¹³. Certamente, Ratzel parte do princípio que o Homem, pertencendo à Terra, não escapa de uma profunda dependência face à Natureza¹⁴. Essa dependência explicaria que os seres humanos, para se manter e se desenvolver, devem extrair seus meios de existência dessa Natureza (Ratzel, 1894a, t.1:100-106). Assim, ele defende que toda sociedade permanece sempre submetida à necessidade de habitação e, mais ainda, à de alimentação (Ratzel, 1900:3-4; 1898b:142). As necessidades de subsistência se impõem como forças ligando as sociedades humanas ao solo, que fornece sustento e abrigo. Tais forças não atuam de outro modo senão modelando o estabelecimento destas sociedades em função das condições naturais onde elas evoluem¹⁵. Porém, para Ratzel, esse princípio não significa que somente as condições naturais determinam os modos de vida e de estabelecimento das sociedades humanas.

Além disso, ele nos diz que é preciso levar em conta a maneira como os homens exploram a Natureza. De fato, a Natureza não fornece alimentação, habitação e outras necessidades ou comodidades sem que o Homem faça esforços. Logo, a forma dessa atividade e mesmo sua eficácia dependem principalmente do próprio Homem, de sua vontade¹⁶ e maior ou menor capacidade de tirar proveito dos elementos, defende ele. Sim, pois

¹² . Ver notadamente Buttimer (1971), Claval (1976, 1984), Hunter (1983) e Bassin (1984).

¹³ . Ao contrário, Ratzel (1899a:65) contesta diretamente a idéia de considerar as condições naturais como única chave de interpretação dos fatos da Geografia humana: “Foi em vão que o Homem buscou traços característicos deste ou daquele país na configuração do solo e na composição do ar. A ideia segundo a qual as grandes diferenças qualitativas da terra seriam determinantes e duráveis é mítica”. Ver também Ratzel (1902:63), Marinelli (1905:11) e Löwie (1971:110).

¹⁴ . A esse propósito, Ratzel escreveu: “A humanidade pertence à terra enquanto parte dela” (1899a:63). Ver também Ratzel (1894a, t.1:82; 1902:61).

¹⁵ . Ver Ratzel (1894a, t.1:9-10 e 100-106; 1899a:64-66 e 84), Raveneau (1891:334), Marinelli (1905), Brunhes (1904:104) e Bassin (1984:11; 1987a:124).

¹⁶ . Sobre a importância do conceito de vontade humana em Ratzel, cf. Hunter (1983:96).

de acordo com Ratzel a relação Homem-Natureza depende do tipo e do nível de desenvolvimento dos diferentes grupos que povoam a Terra.

O Homem — que, antigamente, dependia dos dons da natureza — certamente não asseguraria a alimentação, a casa, a vida, sem esforço. A Natureza, em nenhum caso, não leva aos seus lábios o alimento, nem põe o abrigo acima de sua cabeça. Mesmo o australiano que, para ganhar seu pão, não faz mais que afiar um pau ou fazer dele uma enxada com a qual desenterra raízes, ou, com seu machado, entalhar as árvores a fim de nelas colocar os pés durante a escalada. Ou, ainda, não faz mais que fabricar armas, lanças de peixe, filetes, linhas para a pesca, armadilhas para os pequenos animais e fossas para os maiores. Mesmo ele deve dar prova de uma outra habilidade que propriamente a física. Em seu caso, um grande número de artifícios denotam um certo desenvolvimento das faculdades, permitindo a melhor exploração possível dos dons da natureza¹⁷.

Nessa ordem de fatos, tomando de empréstimo da Antropologia, o geógrafo alemão distingue os *Naturvölker* dos *Kulturvölker*¹⁸. Graças ao progresso, esses últimos teriam adquirido meios técnicos mais eficazes, o que teria lhes permitido — contrariamente aos *Naturvölker* — libertar-se mais das coerções naturais imediatas. Para Ratzel, a fonte do progresso estaria na faculdade humana de inventar procedimentos para explorar cada vez mais ampla e eficazmente os diferentes recursos naturais.

Por si mesmos, os dons da natureza não mudam com o tempo nem em espécie e nem em quantidade, mesmo se o

¹⁷ . Ratzel (1894a, t.1:82). Ver também Ratzel (1896a, t.1:87-88).

¹⁸ . Ratzel explicita longamente essa distinção fundamental na introdução ao seu *Völkerkunde* (1894a). Cf. também Ratzel (1899a:63-68). Pode-se surpreender que Hunter (1893), ainda que tão minucioso em descortinar o *corpus* ratzeliano, tenha insistido tão pouco sobre esse elemento assaz importante do pensamento do autor. De passagem, notemos que a tradução de *Naturvölker* e *Kulturvölker* como “raças naturais” e “raças culturais” (ou “natural races” e “cultural races”) não é verdadeiramente apropriada, pois o termo *Volk* significa povo e não raça. A nuance é relevante pois Ratzel mostra com insistência que o povo não tem necessariamente uma base racial. Aliás, esse é um dos pontos fundamentais que distinguem o pensamento ratzeliano das teses raciais da *Geopolitik* alemã do entre-guerras. Cf. Ratzel (1900:13) e Bassin (1984:19; 1987b:480). Ver também a esse respeito o comentário de Vidal (1900:258), que o observa a propósito da distinção entre raça e povo em Ratzel.

abastecimento de bens úteis, que varia de ano em ano, for imprevisível. Esses dons dependem de certas circunstâncias externas; são restritos a certas zonas, a altitudes particulares e a diferentes tipos de solos. Inicialmente, o poder do Homem sobre esses dons está sujeito a limites estreitos — que podem ser repelidos pelo desenvolvimento de sua força intelectual e por sua vontade, embora tais limites jamais possam ser abolidos completamente. Por outro lado, as forças do Homem não pertencem senão a ele mesmo; ele pode não somente utilizá-las, mas também multiplicá-las e reforçá-las sem que se possa — pelo menos até hoje — colocar-lhe limites¹⁹.

Consequentemente, as inovações técnicas seriam difundidas graças à incessante circulação do gênero humano (Ratzel, 1894a, t. 1:8). Assim, no pensamento ratzeliano, as trocas e os contatos entre os povos também são poderosos vetores do progresso²⁰.

O enunciado de Ratzel sobre a concepção geral da relação Homem-Natureza remonta diretamente à posição vidaliana²¹. A exemplo de seu colega alemão, de fato o geógrafo francês diz que o Homem participa da Natureza: “Velhos hábitos de linguagem nos fazem seguidamente considerar a natureza e o homem como dois termos opostos, dois adversários em duelo. Todavia, o homem não é ‘como um império num império’; ele faz parte da criação vivente, é seu colaborador mais ativo. Ele não age sobre a natureza senão nela e por ela”²². É por isso que, segundo Vidal, “é evidente que, por seus órgãos de respiração, nutrição e secreção, [o Homem] permanece, como os animais, impregnado das influências do meio ambiente”²³. Tal influência estabeleceria uma “ligação” entre as condições naturais e os fatos geográficos. Entretanto, prossegue ele, “essa ligação (...) não é uma necessidade absoluta na qual o tempo não saberia

¹⁹ . Ratzel (1894a, t.1:25). Ver também Ratzel (1896a, t.1:27).

²⁰ . Cf. Ratzel (1900:1; 1899a:67-85; 1897b:297). É importante sublinhar que os conceitos de *circulação*, *difusão*, *contato*, *troca* e *comércio* impregnam toda a Geografia de Ratzel — tanto em seus enunciados teóricos quanto em suas análises regionais. Sobre o difusionismo ratzeliano, cf. notadamente Huckel (1906-1907), Malinowski (1944:17, 32 e 213-215), Löwie (1991:113), Bassin (1984), Claval (1984:34), Raffestin (1988), Sanguin (1990:592) e Mercier (1990:603-604).

²¹ . Para uma apresentação geral da concepção da relação Homem-Natureza em Vidal, cf. Berdoulay (1981a:215-226).

²² . Vidal de la Blache (1903:222). Ver também Vidal de la Blache (1921:7; 1914:558), Berdoulay e Soubeyran (1991), Buttimer (1971:49-51).

²³ . Vidal de la Blache (1921:108). Ver também Vidal de la Blache (1911-1912:294).

mudar coisa alguma” (Vidal de la Blache, 1904c:343). Pois, consciente de suas próprias necessidades e dotado de engenhosidade, o Homem seria, ele próprio, um agente capaz de aproveitar de várias formas as possibilidades oferecidas pela Natureza:

A natureza fornece ao homem materiais que têm suas exigências próprias e suas facilidades especiais, mas também suas incapacidades, que se prestam antes a certas aplicações do que a outras; nisso ela é sugestiva mas, às vezes, restritiva. Entretanto, a natureza não age senão como conselheira. Criando instrumentos, o homem perseguiu uma intenção; aplicando-se cada vez mais a aperfeiçoar suas armas e utensílios (...), ele foi guiado por um desejo de apropriação mais precisa rumo a um objetivo determinado. Nas diferentes condições ambientais onde se encontrava localizado e tendo inicialmente que assegurar sua existência, ele concentrou tudo o que nele havia de habilidade e engenhosidade nesse objetivo (...). Certamente que há desigualdades, graus diversos de invenção; porém, em todos os lugares, o estudo do material etnográfico denota engenhosidade — mesmo num círculo restrito de ideias e necessidades²⁴.

Logo, para Vidal e Ratzel, esse poder de ação humana sobre a Natureza está ligado ao estágio de evolução das sociedades humanas, quer dizer, aos progressos que elas realizaram na aquisição de conhecimentos úteis à valorização das riquezas naturais. Sobre isso, Vidal retoma por sua conta o termo *Naturvölker*²⁵ para designar sociedades que, menos desenvolvidas, estão “submetidas a hábitos contraídos sob a influência do meio” (Vidal de la Blache, 1921:46). Partindo dessas condições primitivas, certos povos puderam elevar-se a um nível superior de civilização²⁶ e desfazer-se progressivamente da dependência do meio, aperfeiçoando suas técnicas de trabalho ou adotando invenções e idéias dos povos com os quais estão em contato.

Certamente que “o homem não escapa à influência do meio local” (Vidal de la Blache, 1903:235), admite Vidal. Contudo, ele insiste em

²⁴ . Vidal de la Blache (1921:200-201). Ver também Vidal de la Blache (1898:100; 1904a:311; 1913b:5-6; 1898: 99-100).

²⁵ . Vidal de la Blache (1921:9). Ver também Scheibling (1994:15) e Sanguin (1993:329).

²⁶ . Vidal de la Blache fala em “civilizações rudimentares” e “civilizações superiores” (1921:199-200 e *passim*).

lembrar que essa influência “é muito difícil de distinguir em nossas grandes sociedades civilizadas”, dado que elas “são produtos infinitamente complicados de uma longa acumulação de atividade humana”²⁷. Nessas sociedades de “civilização superior”, a influência do meio físico local é muito menor porque a elas são acrescidas “uma gama de influências advindas de fora que, depois de séculos, não cessaram de enriquecer o patrimônio das civilizações”²⁸.

A despeito da competência técnica que o homem possa conquistar, tal como Ratzel, Vidal reconhecia que “permanece e permanecerá sempre alguma coisa de fixo, de constante que, através de todas as modificações que nossa época atual multiplica mais do que nunca, representam a perenidade e o poder das influências do solo”²⁹.

Como podemos constatar, ambos aderem a uma concepção onde explicam a simultaneidade da dependência e da liberdade humanas face à Natureza³⁰. Segundo essa concepção, definido como um ser vindo da Natureza, o Homem não pode e jamais poderá se destacar dessa entidade que o contém e a quem ele deve a existência. Essa inalterável dependência deve-se ao fato que o ser humano deve retirar do mundo exterior o que for necessário para manter-se vivo. Sem esse aporte, ele desaparece. Porém, essa necessidade natural não o condena a ser uma mera determinação das condições do meio onde ele evolui. Segundo Vidal e Ratzel, um dos traços fundamentais do Homem reside em sua vontade de aprimorar sua capacidade de conferir uma forma útil aos elementos do mundo exterior. Logo, essa vontade se realizaria porque, dotado de inteligência, o Homem estaria apto a aperfeiçoar as técnicas que lhe servem para transformar aqueles elementos em coisas utilizáveis. Assim, aumentando sua competência técnica, gradualmente o Homem se libertaria das coerções

²⁷ . Vidal de la Blache (1903:236). Assim, para Vidal, a superioridade mundial da Europa dever-se-ia não somente a sua forte capacidade de inovação mas, sobretudo, aos contatos por ela mantidos com inúmeras civilizações (1921:78).

²⁸ . Vidal de la Blache (1903:236). Montigny (1992:39) assinala que, considerando o progresso realizado pelas sociedades mais civilizadas, Vidal reconheceria (principalmente após 1910) uma relativa autonomia dos fatos sociais em relação às condições geográficas.

²⁹ . Vidal de la Blache (1904c:343). Ver também Vidal de la Blache (1979:386).

³⁰ . É importante sublinhar que, para Ratzel, a geografia devia explicar como o Homem, dependente da Natureza, podia ser livre. “Nessa poderosa ação do solo, manifestada através de todas as fases da história e em todas as esferas da vida presente, há algo de misterioso que não deixa de angustiar o espírito, pois a aparente liberdade do Homem parece aniquilar-se” (1900:12).

impostas pelo seu meio. Mais apto, ele estaria pronto a tirar vantagem das condições naturais que outrora havia suportado.

Acedendo progressivamente à pujança técnica, o Homem construiria sua própria liberdade. Todavia, esta liberdade não o autoriza a subtrair-se à ordem natural, mas, antes, lhe oferece a possibilidade de tornar-se um agente ativo da causalidade geral que dinamiza o grande conjunto natural³¹. Em outras palavras, a liberdade que o Homem adquire graças à vontade e à inteligência não é um ato de contradição, mas de realização da ordem natural. Essa realização é tão mais autêntica e completa à medida que o poder cada vez maior do Homem venha nela concorrer.

Geografia regional e geografia política convergentes

Os geógrafos supracitados aderem a uma concepção geral comum segundo a qual a influência das condições ambientais sobre o estabelecimento humano é mediada pela própria ação humana. A partir desse postulado, ambos vão elaborar geografias regionais e políticas que, no plano teórico, são amplamente convergentes. Por conseguinte, defendem que, subjacente à criação do Estado, a diferenciação regional e a solidariedade inter-regional dependem de uma dinâmica geográfica determinada, ao mesmo tempo, pela capacidade técnica das sociedades humanas, pelas condições naturais nas quais elas evoluem e pela intensidade das trocas entre uma sociedade e seus vizinhos.

Ratzel aponta que, para compreender o Homem — como toda espécie viva existente —, é preciso remeter-se constantemente ao seu *Lebensraum*, definido como “a superfície da área geográfica requerida para suportar espécies vivas em seu tamanho populacional atual e seu modo de vida”³². Partindo desse princípio geral, Ratzel considera que toda sociedade humana sofre a influência do meio natural no qual se estabelece (Ratzel, 1897a:97).

De acordo com essa lei fundamental, a Geografia ratzeliana estipula que a diversidade das condições naturais é um fator determinante na diferenciação das paisagens humanizadas: “Com incontáveis formas e

³¹ . Berdoulay (1981a:218-221) apresenta de modo muito claro a versão vidaliana desse argumento.

³² . Smith (1980:53). Escreve Troll (1949:114): “Por *Lebensraum*, Ratzel quis dizer região onde organismos vivos se desenvolvem”. Cf. também Ratzel (1900:13) e Hunter (1983:48 *et passim*).

configurações, a Terra oferece milhares de possibilidades à vida, mas também milhares de restrições. Uma vez dada a existência de regiões naturais e limites naturais, é compreensível que surjam da própria Terra forças restritivas e coesivas que se opõem à dispersão ilimitada de uma vida sem formas³³. Quando a humanidade era tecnicamente pouco desenvolvida, as sociedades humanas não dispunham de poderosos meios técnicos para estender seus domínios sobre vastos territórios³⁴. Ademais, em virtude de aptidões técnicas pouco diversificadas, cada grupo se adaptaria mais facilmente a uma região homogênea que correspondesse especificamente às suas próprias habilidades (Ratzel, 1897a:156). Por isso, toda comunidade pouco desenvolvida seria forçada a limitar sua implantação a uma única região natural (Ratzel, 1897a:156). Segundo o argumento do geógrafo alemão, esse confinamento geográfico típico de civilizações primitivas favorece a fragmentação política (Ratzel, 1897a:157). Mais submetidas às condições e obstáculos naturais, as entidades políticas teriam, como tendência, permanecerem pequenas, múltiplas e, geralmente, isoladas³⁵.

No entanto, acrescenta Ratzel, a fragmentação político-geográfica se desvanece a medida em que são tecidas ligações estreitas entre entidades naturais coexistentes³⁶. De início, a forma das trocas entre as regiões é

³³ . Ratzel (1899a:74). Cf. também Ratzel (1897a:96; 1902:73). Hunter (1983:211-212) apontou o recurso de Ratzel ao conceito de diferenciação espacial mas, ao nosso ver, não mostrou suficientemente como esse conceito assumiu um papel central no desenvolvimento teórico do geógrafo alemão.

³⁴ Sobre isso, Ratzel escreveu: “Desde o momento em que a extensão territorial dos Estados aumentou juntamente com sua cultura, os povos que se encontram em níveis culturais inferiores são, por conseqüência, dotados de pequenos Estados”. Cf. também Ratzel (1897a:97; 1896c:352; 1898a:371; 1899b:314).

³⁵ A esse respeito, Ratzel (1894b:289) menciona que “Os povos cujo desenvolvimento é ainda limitado têm a vantagem de ocupar espaços restritos. Nesse nível primitivo de desenvolvimento político, onde uma tribo se separa da outra e cada uma constitui por si mesma um pequeno Estado, florestas e montanhas são obstáculos dificilmente transponíveis”. Cf. também Ratzel (1898a:371).

³⁶ Hunter (1983:15-16 e 40) explica que os diferentes estabelecimentos dispersos na superfície da Terra não são, para Ratzel, puros isolados, mas entidades que, embora distintas, participam inteiramente da unidade orgânica de todo espaço terrestre. É por essa razão que Ratzel defendia, seguindo Ritter, a ideia de que é impossível compreender uma região sem levar em conta as relações que ela trava com outras regiões. Cf. também Ratzel (1899a: 64-65).

baseada sobre a própria repartição dos recursos que, destarte, determina uma divisão regional natural do trabalho (Ratzel, 1897a:97; 1902:66). A diferenciação espacial do espaço natural — que, no estágio primitivo da civilização, favorecia a fragmentação do estabelecimento humano — torna-se, ao contrário (graças ao desenvolvimento das trocas), um fator de aproximação entre regiões tornadas complementares e entre as populações que as habitam. Assim, conforme Ratzel, o encontro — e, a rigor, a reunião — das sociedades humanas tem sua origem na realidade geográfica das diferenças regionais³⁷.

O encontro realizado graças às trocas dá lugar ao nascimento de um sentimento nacional no seio de uma massa de indivíduos que, contudo, provêm de regiões diferentes e podem, além disso, ser de origens étnicas diferentes³⁸. A despeito de tais distinções, através da experiência de interdependência regional os indivíduos tomam consciência de seus interesses comuns (Ratzel, 1897a:4). Assim, logo surge um povo que constituir-se-ia graças aos laços tecidos quando indivíduos compartilham um mesmo território, trabalham em conjunto e devem se proteger de inimigos comuns³⁹.

Paralelamente, a intensificação das trocas contribui para a instalação de circuitos comerciais e redes de comunicação onde as cidades jogam papel capital. Cruzamentos de fluxos convergentes e irradiantes, daí em diante as cidades iriam se impor como placas giratórias onde se organiza a circulação interregional⁴⁰. Ademais, as trocas transformariam as condições

³⁷ Anotou Ratzel (1899a:102-103): “Toda a história do mundo é um processo ininterrupto de diferenciação. Inicialmente, cria-se uma diferença entre o mundo habitado e o mundo inabitado. Em seguida, no próprio interior do mundo habitado, opera-se uma diferenciação em virtude da diversidade de zonas, continentes, mares, montanhas, planícies, estepes, desertos, florestas e milhares de outras formas terrestres que, separadas ou combinadas, apresentam, cada uma, sua singularidade. Dessa diversidade surgiram diferenças que, no começo, se desenvolveram separadamente antes de agirem umas sobre as outras e antes de, assim, transformarem, para melhor ou pior, as disponibilidades originais do homem”. Cf. também Ratzel (1902:104).

³⁸ Cf. Ratzel (1897a:4, 1899a:66, 1894a, t.1:123) e Sauer (1971:253).

³⁹ Cf. Ratzel (1897a:13; 1899a:83). Para uma apresentação detalhada da definição de povo em Ratzel, vide Mercier (1990:606-609).

⁴⁰ A propósito da cidade, Ratzel (1876:1) registrou: “Nas cidades, a vida de um povo se focaliza, se densifica e se acelera não somente porque nela a vida é mais rica ou mais eficaz, mas também porque nas cidades a vida concentra sua própria essência, erguendo testemunhos duráveis que ela transmite à posteridade. As cidades valorizam o que a vida tem de maior, melhor e mais particular. Quer se trate de ciência, arte, comércio,

de organização política das sociedades humanas pois, desencadeando a constituição de povos e a estruturação da circulação numa escala mais ampla, elas dinamizaram as forças que concorreram para o reagrupamento das entidades políticas fragmentadas em grandes unidades⁴¹. E é assim, sob a pressão da evolução das condições do estabelecimento humano, que apareceria o Estado — definido por Ratzel como uma organização política que, agindo sob o impulso da consciência nacional de um povo, exerce um controle sobre o território onde se processa a atividade econômica vital desse povo⁴².

Ainda que reunisse várias regiões no seio de uma única entidade política, uma vez edificado, o Estado não abolia a diferenciação espacial original do território onde se estendia sua soberania, precisa Ratzel. Pelo contrário: favorecendo o desenvolvimento das trocas, a unidade política acentua — modificando-a — a divisão espacial do trabalho e, conseqüentemente, a diferenciação regional (Ratzel, 1899a:88). Entretanto, pela aproximação que ela suscita, essa interdependência regional cria laços que, em troca, reforçam a coesão interna essencial para a preservação da entidade estatal (Ratzel, 1897a:162; 1899a:67). Apesar de mantida pela unificação política, a diferenciação espacial primitiva encontra-se subsumida por uma ordem superior de organização territorial que, por sua vez, repousa mais sobre a configuração das redes comunicacionais religando as partes ao todo do que sobre as características naturais de cada uma delas (Ratzel, 1897a:402 e seguintes). Ratzel conclui que o Estado exprime um progresso das sociedades humanas mas, ao mesmo tempo,

riqueza ou ambição, elas reúnem as maiores realizações da cultura humana. Elas sempre atuaram assim, de modo que a história das grandes cidades encarna a história do mundo”. Cf. também Ratzel (1988b:3; 1902:85).

⁴¹ Cf. Ratzel (1897a:158; 1899a:75) e Bergevin (1989).

⁴² Frequentemente, Ratzel retoma a feição espiritual do Estado (cf. Smith, 1980:54; Sauer, 1971:251), que não pode existir sem que um “laço espiritual” solde em conjunto todos os indivíduos que compõem o povo. Este deve formar uma comunidade cuja força se deve, em grande parte, à sua “conexão espiritual” (*geistige Zusammenhang*) (1899a:67). É nesse sentido que o Estado teria uma “alma” (*Seele*) e que seria dotado de “forças mentais” (*geistiger Kräfte*). De acordo com Hunter (1983:122 e *passim*), Ratzel deve essa “concepção da alma do Estado” à sua adesão à filosofia idealista. Ao nosso ver, essa interpretação não dá conta por inteiro da importância que Ratzel concede à economia em suas concepções de povo e Estado. Sobre a concepção ratzeliana de Estado, cf. também Hussy (1988).

implica uma maior dependência do Homem frente a uma Natureza cada vez mais exigida⁴³.

Enfim, notemos que a lógica geográfica subjacente à existência do Estado permanece sempre, segundo Ratzel, mais fundamentalmente determinada no longo prazo do que às conjunturas históricas. Assim, um Estado pode encontrar-se desmembrado durante um período, o que, entretanto, não impede — insiste ele — que a consciência nacional do povo possa permanecer uma força viva que tenda à reunificação nacional. É nesses termos, por exemplo, que ele interpreta a reconstituição dos Estados italiano e alemão na segunda metade do século XIX⁴⁴.

Partindo de uma concepção geral da relação Homem-Natureza, o pensamento ratzeliano obedece a um encadeamento lógico que conduz, graças à teoria da diferenciação regional, a uma definição geográfica do Estado. O mesmo encadeamento é encontrado em Vidal de la Blache.

Para estudar a influência do Homem sobre a Natureza, Vidal propôs inicialmente o conceito de gênero de vida. A expressão se refere à “ação metódica e contínua” exercida pelas sociedades humanas “sobre a fisionomia das regiões”⁴⁵. Significa como, em cada caso, essa ação se coaduna às condições naturais para produzir uma forma específica de estabelecimento humano. Vidal sustenta que:

⁴³ Ratzel (1899a:68) nota que “O Estado extrai sua coerência de seu território. Essa coerência se fortalece ao longo das eras ao mesmo tempo em que o Estado se enraíza cada vez mais em seu território. Para um organismo como o Estado, o território não é apenas o principal fator de coesão, mas também a única testemunha intangível e indestrutível de sua unidade. No curso da história, o enraizamento do Estado em seu território jamais falhou — mesmo se, paralelamente, o povo desenvolve sua força intelectual. Ao contrário, a união do Estado e de seu território torna-se cada vez mais estreita. Mais frouxa no início quando, no Estado primitivo, alguns homens ocupavam uma extensão relativamente vasta, ela se torna mais intensa quando, num grande Estado altamente civilizado, uma população densa vive sobre um território relativamente restrito”. Cf. também Ratzel (1902: 66).

⁴⁴ Sobre esse ponto: “Mesmo que um território político assim constituído possa ser desmembrado num dado momento, a ideia de sua grandeza permanece, ainda que possa, geralmente após vários séculos, sair do domínio dos ideais políticos, tornar-se um projeto político vivaz e realizar-se novamente — como a história moderna da Alemanha e da Itália nos ensina” (Ratzel, 1894b:174). Cf. também Ratzel (1897c:449).

⁴⁵ Vidal de la Blache (1911-1912: 194). Sobre o conceito vidaliano de gênero de vida, ver notadamente Buttimer (1971:52 e seguintes), Costa Gomes (1993) e Sanguin (1993:329-330).

não é sob a forma de um contrato rigoroso e irrevogável que são tecidas as relações entre o homem e o solo. As condições geográficas são bastante maleáveis, deixando um jogo muito amplo à iniciativa, às preferências e às escolhas do homem. A natureza não nos oferece o espetáculo de imperiosas intimações às quais o homem não responderia senão por uma dócil obediência — pelo contrário. Estudada bem de perto, ela nos mostra (...) uma gama de aberturas favoráveis pelas quais o homem pode fazer sentir e prevalecer sua ação ⁴⁶.

Dessa ação, Vidal retém principalmente a dimensão econômica e técnica no sentido de que, essencialmente, ele relaciona o gênero de vida ao conjunto dos meios nos quais uma sociedade se dota para valorizar os recursos do território ocupado (Sorre, 1948). Segundo o francês, cada gênero de vida manifesta uma adaptação ⁴⁷ particular a um dado ambiente natural em função de um certo nível de desenvolvimento técnico, permitindo uma exploração mais ou menos intensiva e diversificada das diferentes possibilidades do meio:

Com o auxílio de materiais e elementos tomados da natureza ambiente, (o Homem) conseguiu não de um só golpe, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos e invenções, constituir algo de metódico que assegure sua existência, tornando o meio algo a ser usufruído. Caçador, pescador, agricultor: tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são obra e conquista pessoais que ele acrescenta, por sua própria iniciativa, à criação ⁴⁸.

⁴⁶ Vidal de la Blache (1904a:311). Cf. também Vidal de la Blache (1921:21-24 e *passim*). Berdoulay (1981a:208 e seguintes) expõe com detalhes a problemática vidaliana da contingência.

⁴⁷ Sobre a importância do conceito de adaptação em Vidal de la Blache, ver Berdoulay e Soubeyran (1991).

⁴⁸ Vidal de la Blache (1921:115-116). Ver também Vidal de la Blache (1904a:312; 1911-1912; 1913a:297; 1921:106).

Embora marcados por certa fixidez⁴⁹, os gêneros de vida estão expostos às forças da evolução pois, comumente, “por efeito de novas circunstâncias, uma sociedade habituada a viver sobre si mesma é posta em contato com povos, hábitos e necessidades que ela não conhecia. Começa então um novo ciclo de civilização”⁵⁰. Para Vidal, no “estágio primitivo” (Vidal de la Blache, 1913b:6) da evolução humana, o estabelecimento permanece mais “a expressão natural e quase espontânea das relações advindas do solo” (Vidal de la Blache, 1979:60). Nesse contexto, a repartição espacial dos gêneros de vida é fortemente marcada pelas divisões naturais que recortam a superfície terrestre. Submetidos a uma intensa pressão do meio natural e ainda inaptos a valorizar uma grande diversidade de recursos, os grupos humanos estariam, nessas condições, confinados “ao quadro restrito de uma região natural”⁵¹.

Num estágio superior de civilização, a organização espacial da vida social — sempre segundo o sistema vidaliano — transbordaria os limites da região natural, pois os “contatos entre regiões vizinhas e contíguas” (Vidal de la Blache, 1913b:6) favoreceriam a instalação de circuitos de troca, que são tão ativos quanto essas regiões são diferentes e

⁴⁹ A propósito da relativa estabilidade dos gêneros de vida, Vidal de la Blache imputa tal responsabilidade ao peso dos hábitos (1902:22). “Como se faz para que as condições de existência, contraídas em certos meios, adquiram consistência e fixidez suficientes para tornarem-se formas de civilização, verdadeiras entidades (...) ? É mister lembrar que a força do hábito joga um grande papel na natureza social do homem. Se em seu desejo de aperfeiçoamento ele se mostra essencialmente progressista, é sobretudo na via que ele já traçou, ou seja, no sentido das qualidades técnicas e especiais que os hábitos, cimentados pela hereditariedade, desenvolveram-se nele. Determinado instrumento de uma tribo selvagem denota uma engenhosidade cuja aplicação em outros objetos teria sido o princípio de uma civilização superior. Esse progresso não teve lugar. De fato, o homem não se deixa desviar facilmente de sua vida tradicional (...). Com o tempo, ele se fecha na prisão que construiu. Seus hábitos tornam-se ritos, reforçados por crenças e superstições que ele forjou como apoio”. Por isso, “é freqüente que, entre as virtualidades geográficas de uma área, algumas, que parecem evidentes, permaneçam estéreis ou tenham apenas efeitos tardios”. Ver também Vidal de la Blache (1911-1912:303-304; 1904a:132).

⁵⁰ Vidal de la Blache (1904a:311). Ver também Vidal de la Blache (1921:204 e *passim*; 1904a:310).

⁵¹ Vidal de la Blache (1979:60). Cf. também Vidal de la Blache (1911-1912: 303-304; 1909: 457-459).

complementares. A esse respeito, Vidal segue a pista de Carl Ritter⁵² e estima:

não é permitido considerar as diversas partes da Terra como uma justaposição inanimada, mas como um centro recíproco de forças atuantes. Assim, o princípio das reações que as diferentes partes terrestres exercem umas sobre as outras se situa na natureza física. Daí as análises em que Ritter passa minuciosamente em revista todos os traços físicos próprios a imprimir um certo impulso à ação da natureza e do homem. Toda variedade, toda desigualdade e a fortiori todo contraste, são móveis de trocas, de relações e penetrações recíprocas. Eles movimentam todas as forças pelas quais, na natureza, o equilíbrio tende a se reestabelecer ou pelas quais, na ordem dos fenômenos humanos, despertou-se um desejo, uma necessidade acumulada, uma ação solicitada do exterior (Vidal de la Blache (1896:138).

Em outras palavras, os contatos entre sociedades são, em certa medida, prefigurados pela divisão do espaço terrestre em diferentes regiões naturais que, dada a existência de “necessidades mútuas”, requerem as trocas inter-regionais (Vidal de la Blache, 1902:17). Na sequência, o crescimento da circulação provocaria uma divisão regional do trabalho, tornando as regiões dependentes umas das outras⁵³. Além disso, a generalização das trocas provoca, segundo Vidal, o crescimento das cidades que, centralizando os circuitos de comunicação, tornam-se — sobretudo na era industrial — os “nós vitais”⁵⁴ de uma nova organização espacial. Para ele, o alcance da industrialização abre “um novo ciclo de

⁵² Tanto quanto Ratzel, Vidal reivindica uma filiação ritteriana. Os dois aderem ao princípio de Ritter referente à “harmonia do mundo dos fenômenos” (Ritter, 1974:45). Segundo tal princípio, todo fenômeno não pode ser interpretado corretamente se não se leva em conta suas relações com a totalidade que o engloba. Ver notadamente Vidal de la Blache (1921:5 e seguintes; 1903:228-231) e Ratzel (1899b:324 e *passim*). Quanto à influência de Ritter sobre Vidal e Ratzel, ver os comentários de Berdoulay (1981a:213), Raveneau (1891:342-343), Brunhes (1904:108), Broc (1977:88), Claval (1984:31), Hartshorne (1939:266-267) e “Friedrich Ratzel” (1904).

⁵³ Essa dependência inter-regional é bem ilustrada por Vidal no *Tableau* (1979:15 e seguintes [1903]).

⁵⁴ Retomando o termo do geógrafo inglês Halford Mackinder, Vidal também fala da “nodalidade” das cidades na organização do território na era industrial. Cf. Vidal de la Blache (1910:832; 1913b:11)..

fenômenos geográficos” (Vidal de la Blache, 1913b:9). Graças ao pujante impulso industrial,

a enormidade de massas, homens e coisas postas em movimento, com as ferramentas e os capitais que elas exigem, não se acomodam mais nos quadros restritos de antigamente. Resulta daí o crescente papel das cidades ou, mais exatamente, de algumas grandes cidades. Posto que há a vantagem de que o crédito, o mercado e as redes de comunicação estejam ao alcance dos centros de produção, (...) o principal ponto de concentração é a cidade (Vidal de la Blache, 1913b:9).

Assim, os

grandes centros industriais engendram relações cuja trama se estende sem cessar e cobre com malhas cada vez mais cerradas as regiões circundantes. (...) Se o movimento de concentração da grande indústria continua no mesmo passo após um quarto de século, o papel das cidades só aumentará. Nesse caso, é a cidade que reúne o território. O feixe de interesses ligado ao redor desses centros de capitais, de impulsos e de atividades diversas exerce sobre as relações humanas uma influência que parece cada vez mais imperiosa (Vidal de la Blache, 1909:460).

Resulta dessa dinâmica que a organização espacial das sociedades humanas corresponde, daí em diante, mais às áreas de mercado e de dependência econômica que às divisões naturais⁵⁵. Segundo Vidal, a intensificação das trocas transforma profundamente o modo de ocupação do espaço porque, nesse caso, “o princípio de reagrupamento não está mais fundado sobre a homogeneidade regional, mas sobre a solidariedade regional” (Vidal de la Blache, 1913b:6). Essa solidariedade — à qual ele concede muita importância⁵⁶ — constituiria o fundamento geográfico da

⁵⁵ Ver também Vidal de la Blache (1913b:11). Aliás, é por essa razão que Vidal de la Blache pleiteia (1910 e 1913b) um reordenamento das divisões territoriais francesas. Muito pequenos, os departamentos não mais respondem à realidade geográfica do país. É preciso, portanto, reagrupá-los num quadro regional ampliado que considere mais a importância readquirida das cidades industriais e das redes de comunicação. Cf. também Le Couédic (1992).

⁵⁶ Berdoulay (1981a:132) nota que Vidal defende as teses políticas do movimento solidarista francês, que queria que as diferentes regiões do país fossem dotadas dos

estrutura estatal⁵⁷. Sustenta ele que os Estados “não são entidades fixas”⁵⁸, mas sim formas altamente civilizadas (e sempre em movimento) de organização social e espacial produzidas, ao mesmo tempo, pela história e pela geografia.

Assim, sobre o processo que conduz à aparição dos Estados, Vidal declara: “dificilmente se imagina a possibilidade de (suas) formações senão (...) onde já se encontram importantes fundações de cidades para fixar, variar e estender as relações” pois, face à “incerteza das relações na ausência de leis, a cidade as substitui por um princípio de estabilidade e continuidade”. Por isso, segundo ele, “a cidade é (...) o nó do Estado” (Vidal de la Blache: 1898:107-108). Na mesma ótica, o Estado repousa sobre a solidez do sentimento nacional, formado quando a intensidade das trocas reúne habitantes de diferentes regiões no seio de uma mesma comunidade. Se o Estado, “essa variedade de elementos”, torna-se uma força, isso se deve ao fato de que “um poderoso espírito nacional suscita e perdura de modo a mantê-lo coeso” (Vidal de la Blache, 1899:100).

No *Tableau de la géographie de la France*, Vidal de la Blache retoma o mesmo argumento para explicar a unidade política desse país. Sua unidade não se assenta sobre uma homogeneidade natural qualquer. A esse respeito, a França é, antes, contrastada — quer seja no plano geológico, climático, biológico ou mesmo racial (Vidal de la Blache, 1979:7). A despeito da ausência de homogeneidade, todo o conjunto francês seria marcado “de harmonia” (1979:4), resultado da solidariedade existente entre as regiões e manifestada pelas trocas estabelecidas e pelas múltiplas relações⁵⁹. Graças à forte interdependência regional, a França “opõe às diversidades que as sitiam e a penetram sua força de assimilação” (Vidal de la Blache, 1979:40). Edificada secularmente, tal solidariedade, agindo sobre as consciências, teria levado à formação de um povo e de

poderes adequados para assegurar, melhor e ao mesmo tempo, o desenvolvimento específico de cada uma das regiões e da Nação como um todo.

⁵⁷ A concepção de Estado parece se consolidar em Vidal a partir de 1898, quando ele comenta o livro *Politische Geographie* de Ratzel. Entretanto, seu interesse pela geografia política dos Estados remonta, pelo menos, a 1889, data de publicação de seu livro *États et nations de l'Europe autour de la France*. Ver Sanguin (1993:129).

⁵⁸ Vidal de la Blache (1898:108). Ver também Vidal de la Blache (1914:559).

⁵⁹ Esse aspecto do pensamento vidaliano foi bem evidenciado por Canu (1931), Guiomar (1986) e Berdoulay (1981a). Sobre a evolução da concepção vidaliana de região em relação à problemática da divisão administrativa do território francês, ver Sanguin (1993:141) e Le Couédic (1992).

uma pátria que, desde a Idade Média, formaram um Estado político⁶⁰. De fato, trocas intensas e constantes teriam tornado os habitantes de todas as regiões cada vez menos estrangeiros uns diante dos outros. Assim, foi forjada uma unidade cultural, consolidando pouco a pouco o sentimento de pertencer a um mesmo povo, que possui e valoriza coletivamente um vasto território (Vidal de la Blache (1979:51 e *passim*).

Para Vidal, “a individualidade geográfica” do Estado francês não pode, portanto, ser deduzida das condições naturais: “Isso não é algo dado de antemão pela natureza”⁶¹. Igualmente, a unidade francesa não seria o resultado do arbítrio político e histórico. Ela repousaria sobre uma razão geográfica profunda, de acordo com os próprios princípios que guiam as relações fundamentais entre o Homem e a Natureza. Notemos de passagem que Vidal recorre ao mesmo argumento em *La France de l’Est* para mostrar porque a Alsácia e a Lorena, a despeito de estarem vinculadas à Alemanha após o Tratado de Frankfurt de 1871, participam geograficamente do conjunto francês — ao mesmo tempo em que essas duas regiões aderem plenamente aos valores patrióticos franceses⁶².

Conclusão

Ratzel e Vidal de la Blache compartilham a mesma concepção sobre a relação Homem-Natureza. De início, concordam com o postulado segundo o qual o Homem estaria submetido à Natureza em razão das necessidades de sua própria existência física. Fazendo parte do grande todo natural no qual está organicamente ligado, o Homem, segundo os dois autores, não seria um elemento menos particularmente dinâmico e inovador. Assim, para satisfazer suas necessidades, o Homem empregaria meios técnicos que, dependendo das invenções e das imitações, seriam aperfeiçoados no curso da história. Por causa desse progresso, o Homem se tornaria mais capaz na exploração das múltiplas possibilidades oferecidas pela Natureza e, conseqüentemente, menos dependente das condições naturais locais.

⁶⁰ Sobre esse ponto, Vidal de la Blache retoma o argumento de Michelet (1987). Ver Canu (1931) sobre as relações entre o *Tableau* de Vidal e o *Tableau* de Michelet (1987).

⁶¹ Vidal de la Blache (1979:8). Berdoulay (1988a:74) mostra como o conceito de individualidade geográfica em Vidal conforma-se à epistemologia neokantiana.

⁶² Ver também, sobre esse tema, Nicolas-Obadia *et al* (1988), Nicolas (1988) e Gallois (1918).

Em seguida, tal postulado inspira em ambos geógrafos uma teoria comum da organização espacial das sociedades. De fato, tanto para Vidal quanto para Ratzel as formas espaciais da vida humana são moduladas essencialmente em função do estágio civilizacional alcançado — que determina uma maior ou menor capacidade técnica de extrair da Natureza os recursos úteis ao Homem — e das divisões naturais características da superfície terrestre. No estágio primitivo, quando os meios técnicos ainda são rudimentares, as divisões naturais se impõem como descontinuidades que fragmentam o estabelecimento humano em uma multidão de regiões voltadas sobre si mesmas. No estágio superior, quando as técnicas são aperfeiçoadas e as trocas se desenvolvem entre as regiões, as divisões naturais não são mais fatores de confinamento, mas sim de integração inter-regional. Dinamizadas pela diferenciação natural, as trocas, a partir daí, contribuem para o estabelecimento de uma nova organização espacial — ela própria sustentada pela emergência de um sentimento nacional —, que estrutura ou solidariza várias regiões no seio de um conjunto territorial estatal.

Como constatamos, em plena comunhão de espírito, Ratzel e Vidal de la Blache forjaram uma mesma teoria para compreender a gênese e a dinâmica das entidades regionais. Essa teoria, posto que coerente e explícita quanto aos seus postulados, os conduziu a uma interpretação consequente do objeto geográfico. Que essa teoria seja rejeitada ou não, isso não impede que ela revele toda a pertinência de uma pesquisa sobre a definição dessa “descontinuidade crítica”⁶³ que diferencia o espaço e que, além disso, funda o projeto de uma Geografia científica.

A REGIÃO E O ESTADO SEGUNDO FRIEDRICH RATZEL E PAUL VIDAL DE LA BLACHE

Resumo: Este artigo demonstra que o pensamento geográfico de Friedrich Ratzel e o de Paul Vidal de la Blache compartilham a mesma concepção sobre as relações Homem-Natureza. Além disso, evidencia como os dois autores desenvolveram, a partir dessa base comum, teorias da região e do Estado amplamente comparáveis.

Palavras-chave: Friedrich Ratzel; Paul Vidal de la Blache; região; Estado; História da Geografia.

REGION AND STATE FOR FRIEDRICH RATZEL AND PAUL VIDAL DE LA BLACHE

⁶³ Para retomar a feliz expressão de Hubert (1993).

Abstract: This paper demonstrates the great convergence between geographical conceptions of Paul Vidal de la Blache and Friedrich Ratzel. It shows how they shared a common vision on several major issues. More precisely, it stresses that both geographers shared the same general vision of Man-to-Nature relationship and they end up with very similar theoretical concepts of region and State.

Keywords: Friedrich Ratzel; Paul Vidal de la Blache; region; State; History of Geography.

BILIOGRAFIA

BACHELARD, Gaston (1986 [1938]). *La formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Paris: Vrin.

BASSIN, Mark (1984). Friedrich Ratzel's travels in the United States: a study in the genesis of his Antropogeography. *History of Geography Newsletter*, vol. 4, p. 11-22.

—— (1987a). Friedrich Ratzel (1844-1904). In: Freeman, T.W (éd). *Geographers: Bio-bibliographical Studies*, vol.11, pp. 123-132.

—— (1987b). Imperialism and the Nation State in Friedrich Ratzel's Political Geography. *Progress in Human Geography*, vol. 11, n.4, pp. 473-495.

BERDOULAY, Vincent (1978). The Vidal-Durkheim debate. In: Ley, D., Samuels, M. (éd.). *Humanistic Geography: Prospects and Problems*. Chicago: Maaroufa Press, pp. 77-90.

—— (1981a). *La formation de l'école française de géographie (1870-1914)*. Paris: Bibliothèque Nationale.

—— (1981b). The contextual approach. In: Stoddart, D.R. (org.). *Geography, Ideology and Social Concern*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 8-16.

—— (1988a). *Des mots et des lieux. La dynamique du discours géographique*. Paris: Éditions du CNRS.

—— (1988b). Géographie: lieux de discours. *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 32, n. 87, pp. 245-252.

——— (1993). La géographie vidalienne: entre texte et contexte. In: Claval, Paul (éd.) *Autour de Vidal de la Blache. La formation de l'école française de géographie*. Paris : Éditions du CNRS, pp.19-26.

———, SOUBERAYN, Olivier (1991). Lamarck, Darwin, Vidal: aux fondements naturalistes de la Géographie humaine. *Annales de Géographie*, vol. 100, n. 561-562, pp. 617-634.

BERGEVIN, Jean (1989). A propos de la géographie politique: la parole est à Ratzel. *Cahiers de géographie du Québec*, vol. 33, n. 88, pp. 59-66.

BONNEFONT, Jean-Claude (1993). La Lorraine dans l'oeuvre de Paul Vidal de la Blache. In: Claval, Paul (dir.) *Autour de Vidal de la Blache. La formation de l'école française de Géographie*. Paris: Éditions du CNRS, pp. 81-88.

BROC, Numa (1977). La Géographie française face à science allemande (1870-1914). *Annales de Géographie*, vol. 86, n. 473, pp.71-94.

BRUNHES, Jean (1904). Friedrich Ratzel (1844-1904). *La Géographie*, vol. 10, n.2, pp. 103-108.

BUTTNER, Anne. *Society and milieu in the French geographic tradition*. Monograph series of the Association of American Geographers. Chicago: Rand McNally.

———. (1981). On People, Paradigms and "Progress" in Geography. In: Stoddart, D.R. (org.). *Geography, Ideology and Social Concern*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 81-98.

CANU, Jean (1931). Les tableaux de la France. Premiers essais. Michelet, Reclus, Vidal, Brunhes. *Publications of the Modern Language Association of America*, vol. 46, n.2, pp.554-604.

CLAVAL, Paul (1976). *Essai sur l'évolution de la géographie humaine*. Paris: Les Belles Lettres.

——— (1981). Epistemology and the history of geographical thought. In: STODDART, D.R (éd). *Geography, ideology and social concern*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 227-239.

——— (1984). *Géographie humaine et économique contemporaine*. Paris : PUF.

COSTA GOMES, Paulo César da (1993). Quelques réflexions sur les catégories de la pensée vidalienne. In: CLAVAL, Paul (éd.). *Autour de Vidal de la Blache. La formation de l'école française de géographie*. Paris: Éditions du CNRS, pp.89-97.

FEBVRE, Lucien. (1922) *La Terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire*. Paris: La Renaissance des Livres.

«FRIEDRICH RATZEL» (1904). *Geographical Journal*, vol. 24, pp. 485-487.

GALLOIS, Lucien (1918). La France de l'Est par P. Vidal de la Blache. *Annales de Géographie*, vol. 27, pp. 11-21.

GODLEWSKA, Anne. L'histoire de la Géographie, pourquoi? In: Claval, Paul (éd.). *Autour de Vidal de la Blache. La formation de l'école française de géographie*. Paris: Éditions du CNRS, pp.13-18.

GRANÖ, Olavi (1981). External influence and internal change in the development of Geography. In: Stoddart, D.R (org.). *Geography, ideology and social concern*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 17-36.

GUIOMAR, Jean-Yves (1986). Le "Tableau de la géographie de la France" de Vidal de la Blache. In: Nora, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire. I. La République. La Nation. Les France*. Paris: Gallimard, pp. 569-597.

HARTSHORNE, Richard (1939). *The nature of Geography: a critical survey of current thought in the light of the past*. Lancaster (Pensilvânia) : Association of American Geographers.

HUBERT, Jean-Paul (1993). *La discontinuité critique. Essai sur les principes a priori de la Géographie humaine*. Paris: Publications de la Sorbonne.

HÜCKEL, G.A. (1906-1907). La géographie de la circulation selon Friedrich Ratzel. *Annales de Géographie*, vol. 15, n. 94, pp.401-418 e vol. 16, n. 95, pp. 1-14.

HUNTER, James M. (1983). *Perspective on Ratzel's Political Geography*. Lanham: University Press of America.

HUSSY, Charles (1988). Préface. In: Ratzel, Friedrich. *Géographie Politique*. Genebra: Éditions régionales européennes, p. I-X.

- (1993). Y aurait-il deux Friedrich Ratzel? *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 37, n. 101, pp. 435-440.
- KORINMAN, Michel (1983). Friedrich Ratzel et la *Politische Geographie* (1897). *Hérodote*, n. 28, pp. 128-140.
- (1987). Friedrich Ratzel. De la géographie politique à la géopolitique. In: Ratzel, Friedrich. *La géographie politique. Les concepts fondamentaux*. Paris: Fayard, pp.7-51.
- (1990). *Quand l'Allemagne pensait le monde*. Paris: Fayard
- KUHN, Thomas S. (1970). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LE COUÉDIC, Daniel (1992). La géographie de l'habitat rural, l'architecture et l'invention de la région: l'exemple de la Bretagne, 1910-1945. *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 36, n. 98, pp.215-133.
- LIVINGSTONE, David. (1992a). *The geographical tradition*. Oxford: Blackwell.
- (1992b). In defence of situated Messiness: geographical knowledge and the history of science. *Geojournal*, vol. 26, n.2, pp.228-229.
- LÖWIE, Robert (1991 [1937]). *Histoire de l'ethnologie classique*. Paris : Payot.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1944). *A scientific theory of culture and other essays*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- MARINELLI, Olinto (1905). Frederico Ratzel e la sua opera geografica. *Rivista geografica italiana*, vol. 12, pp.102-126.
- MERCIER, Guy (1990). Le concept de propriété dans la géographie politique de Friedrich Ratzel (1844-1904). *Annales de Géographie*, n.555, pp.595-615.
- (1992). La théorie géographique de la propriété et l'héritage ratzelien. *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 36, n. 98, pp.232-250.
- MEYNIER, André (1969). *Histoire de la pensée géographique française*. Paris: PUF.
- MICHELET, Jules (1987 [1833]). *Tableau de la France*. Paris: Olivier Orban.

MONTIGNY, Gilles (1992). *De la ville à l'urbanisation. Essai sur la genèse des études urbaines françaises en Géographie, 0,00Sociologie et Statistique sociale*. Paris: L'Harmattan.

NICOLAS, Georges (1988). Paul Vidal de la Blache et la politique. *Bulletin de l'Association de géographes français*, vol.0,00. 65, n.4, pp.333-337.

NICOLAS-OBADIA, G. e GUANZINI, C. (10,00988). *Paul Vidal de la Blache. Géographie et politique*. Série Espace, science et géographie, n.1, Lausanne: Erastosthène-Méridien.

RAFFESTIN, Claude (1980). *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Litec

——— (1988). Postface. In: RATZEL, Friedrich. *Géographie politique*. Geneva: Éditions régionales européennes.

RATZEL, Friedrich (1876). *Städte-und Culturbilder aus Nordamerika*. Leipzig: F.A. Brockhaus.

——— (1894a [1887]). *Völkerkunde*. 3 volumes. Leipzig e Viena: Bibliographisches Institut.

——— (1894b). Studien über politische Räume. *Geographische Zeitschrift*, vol. 1, pp. 163-182 e pp.286-302.

——— (1896a). *History of mankind*. 3 volumes. Londres: MacMillan.

——— (1896b). Die Gesetze des räumlichen Wachstums der Staaten. Ein Beitrag zur wissenschaftlichen politischen Geographie. *Petermanns Mitteilungen*, vol. 42, pp.97-107.

——— (1896c). The territorial growth of states. *Scottish Geographical Magazine*, vol. 12, pp.351-361.

——— (1897a). *Politische Geographie*. Munique e Leipzig: Verlag von R. Oldenbourg.

——— (1897b). Studies in political areas: the political territory in relation to Earth and Continent. *The American Journal of Sociology*, vol. 3, n. 3, pp.297-313.

——— (1897c). Studies in political areas II: intellectual, political and economics effects of large areas. *The American Journal of Sociology*, vol. 3, n. 4, pp.449-463.

- (1898a). Studies in political areas III: the small political areas. *The American Journal of Sociology*, vol. 4, n. 3, pp.366-379.
- (1898b). Il suolo e la popolazione. *Rivista italiana di sociologia*, vol. 2, fasc. 2, pp. 139-151.
- (1899a). Die Menschheit als Lebeserscheinung des Erde. In: Helmolt, H. F. (org.). *Weltgeschichte*. Vol. 1: *Allgemeines – Die Vorgeschichte – Amerika. Der Stille Ozean*. Leipzig e Viena: Bibliographisches Institut.
- (1899b). La Corse. Étude antropogéographique. *Annales de Géographie*, vol. 8, n. 40, pp. 304-329.
- (1900). Le sol, la société et l'État. *L'année sociologique*, 1898-1899, p. 1-14.
- (1902). Man as life phenomenon on the Earth. In: Helmolt, H.F.(éd.). *The history of the world. A survey of man's record*. Vol. 1: *Prehistory – America and Pacific Ocean*. Nova York: Dodd, Mead and Company, pp. 61-106.
- (1987 [1897]). *La Géographie Politique. Les concepts fondamentaux*. Extraits choisis et traduits par François Ewald. Paris: Fayard
- (1988a [1897]). *Géographie Oolitique*. Extraits traduits par Pierre Rusch sous la direction scientifique de Charles Hussey. Genebra: Éditions régionales européennes.
- (1988b [1876]). *Sketches of urban and cultural life in North America*. Nova Brunswick e Londres: Rutgers University Press.
- RAVENEAU, Louis (1891). L'élément humain dans la Géographie : l'Antropogéographie de M. Ratzel. *Annales de Géographie*, vol. 1, pp. 331-347.
- RITTER, Karl (1974 [1852]). *Introduction à la Géographie générale comparée*. Paris: Les Belles Lettres.
- SANGUIN, André-Louis (1985). La Géographie politique et son héritage français. *Revue Belge de Géographie*, vol. 109, n. 2, pp.33-57.
- (1988). Vidal de la Blache et la Géographie politique. *Bulletin de l'Association des géographes français*, n.4, pp.321-337.

- (1990). En relisant Ratzel. *Annales de Géographie*, n. 555, pp. 579-594.
- (1993). *Vidal de la Blache, un génie de la géographie*. Paris: Belin.
- SAUER, Carl O. (1971). The formative years of Ratzel in United States. *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 61, n.2, pp. 245-254.
- SCHEIBLING, Jacques (1994). *Qu'est-ce que la géographie?* Paris: Hachette.
- SMITH, Woodruff D. (1980). Friedrich Ratzel and the origins of Lebensraum. *German Studies Review*, vol. 3, n. 1, pp.51-68.
- SORRE, Max (1948). La notion de genre de vie et sa valeur actuelle. *Annales de Géographie*, vol. 57, pp. 97-108 et 193-204.
- STEHLIN, Stewart A. (1988). Introduction. In : Ratzel, Friedrich. *Sketches of urban and cultural life in North America*. Nova Brunswick e Londres: Rutgers University Press, pp.xiii-xix.
- TROLL, Carl (1949). Geographic Science in Germany during the period 1933-1945. *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 39, pp. 99-137.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1988). Des divisions fondamentales du sol français. *Bulletin littéraire*, vol. 2, n.1, p.1-7 et n. 2, p. 49-57.
- (1889). *États et nations de l'Europe autour de la France*. Paris: Delagrave
- (1894). *Atlas général. Histoire et géographie*. Paris: Armand Colin
- (1896). Le principe de la Géographie générale. *Annales de Géographie*, vol. 5, n.20, pp.129-142.
- (1898). La Géographie politique. A propos des écrits de Frédéric Ratzel. *Annales de Géographie*, vol. 7, n.32, pp.97-111.
- (1899). Leçon d'ouverture du cours de Géographie à la Sorbonne. *Annales de Géographie*, vol. 8, n° 38, pp.97-109.
- (1900). Une nouvelle histoire universelle. *Annales de Géographie*, vol.9, n° 45, pp.257-259.
- (1902). Les conditions géographiques des faits sociaux. *Annales de Géographie*, vol. 11, n° 55, pp.13-23.

- (1903). La Géographie humaine. Ses rapports avec la géographie de la vie. *Revue de synthèse historique*, tome 7, août-décembre, pp.219-140
- (1904). Rapports de la Sociologie avec la Géographie. *Revue Internacionale de Sociologie*, vol. 12, n.5, mai, pp. 309-313.
- (1904b). Nécrologie: Friedrich Ratzel. *Annales de Géographie*, vol. 13, n° 72, pp.466-467.
- (1904c). Les pays de France. *La réforme sociale*, cinquième série, vol. 8, 1^o e 16 set., pp. 333-344.
- (1909). Régions naturelles et noms de pays. *Journal de savants*, set., pp. 389-401 e outubro, pp. 454-462.
- (1910). Régions françaises. *Revue de Paris*, volume 6, 15 dezembro, pp. 821-849.
- (1911-1912). Les genres de vie dans la Géographie humaine. *Annales de Géographie*, vol.20, pp.193-212 e pp. 289-304.
- (1913a). Des caractères distinctifs de la géographie. *Annales de Géographie*, vol.22, n. 124, pp. 289-299.
- (1913b). La relativité des divisions régionales. In: Bloch, G. (éd.). *Les divisions régionales de la France*. Paris: Alcan, pp.3-14.
- (1914). Sur l'esprit géographique. *Revue politique et littéraire (Revue Bleue)*, vol. 52, n° 18 (2 maio), pp. 557-560.
- (1917). *La France de l'est (Lorraine-Alsace)*. Paris: Armand Colin.
- (1921). *Principes de Géographie Humaine*. Paris: Armand Colin
- (1979 [1903]). *Tableau de la géographie de la France*. Paris: Tallandier (2007 [1903]).
- WANKLYN, Harriet (1961). *Friedrich Ratzel. A biographical memoir and bibliography*. Cambridge: Cambridge University Press.